

OS JESUÍTAS E A EDUCAÇÃO NO PROGRAMA DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1839)¹

The Jesuits and education in the program of Brazilian Historic and Geographical Institute Review (1839)

César de Alencar Arnaut de Toledo²

Juscelino Pereira Neto³

RESUMO

Análise da visão sobre a atuação dos padres jesuítas na formação da cultura brasileira no período colonial expressa no programa da Revista do Instituto e Geográfico Brasileiro intitulado “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões” e também no discurso inaugural, ambos de autoria do Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). A visão, favorável à ação dos jesuítas, foi determinante para a composição de um nacionalismo elitista e europeizante no Brasil do século XIX. Tal perspectiva foi atualizada na proposta de interpretação da nossa história feita por Karl Friederich Philipp Von Martius (1794-1868) que, com a dissertação “Como se deve escrever a História do Brasil”, publicada na Revista do IHGB em 1845, venceu um concurso promovido pelo Instituto. Essa visão está também presente no texto “Ensaio sobre os jesuítas” (1854) de autoria de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876) publicado na Revista.

Palavras-chave: Educação, Educação Brasileira, Século XIX, IHGB.

ABSTRACT

Analysis of Jesuits priests action in Brazilian culture constitution during colonial age expressed in the Brazilian historic and geographical institute review entitled “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões”, and also in the inaugural speech, both of them of Canon Januário da Cunha Barbosa authorship (1780-1846). The view, favorable to the action of Jesuits was determinant for the composition of an elite and European nationalism that emerged in the nineteenth century. Such interpretation perspective was modernized in the interpretation proposal of our history made by Karl Friederich Philipp Von Martius (1794-1868) that, with the essay “Como se deve escrever a História do Brazil” published in the institute review in 1845, won a competition promoted by that institution. This view is present also in the text “Ensaio sobre os jesuítas” (1854) of Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro authorship (1825-1876) published in the review.

Keywords: Education, Brazilian Education, Nineteenth Century, IHGB.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Doutor em Educação pela UNICAMP (1996). Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR. E-mail: caatoledo@uem.br

³ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá (PR). E-mail: donated@hotmail.com

O objetivo deste artigo é analisar o discurso inaugural do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro escrito pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, considerado o primeiro ensaio teórico-metodológico sobre a escrita da história no Brasil e também o programa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicado no mesmo ano e que também foi escrito por esse autor.

O programa se tornaria um modelo acerca da visão sobre a ação dos jesuítas e seu papel na formação da cultura brasileira. Ao longo das 16 páginas do texto, Januário da Cunha Barbosa argumenta a favor da catequese feita pelos jesuítas, asseverando que eles se ancoravam num projeto civilizatório no Brasil Colonial.

O texto tem dezoito páginas e nele estava presente uma série de noções teórico-metodológicas que se tornariam normas para as pesquisas historiográficas entre os membros do IHGB. Com efeito, Januário da Cunha Barbosa, inaugurou um novo projeto historiográfico para o Brasil, no qual os jesuítas apareciam em uma posição de destaque, pois, eram-lhes reconhecidos feitos notáveis pela pátria e que deveriam ser valorizados.

Ambos os textos configuraram uma tendência que já desenhava antes mesmo da independência do Brasil a partir das ações positivas e modelares da ação dos portugueses, em múltiplos aspectos, já tomava as reflexões e a visão de mundo de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), grande liderança política do Brasil (e de Portugal) no início do século XIX. Seus estudos na Universidade de Coimbra, iniciados em 1783, foram complementados com expedições científicas a diversos países europeus. Nessa formação pode ser destacado o estudo de mineralogia que fez em Freiburg. A partir de 1800 assumiu vários postos políticos no governo português. Essas expedições faziam parte dos esforços de uma “ilustração controlada”. Como consequência, novos esforços de se contar a história de Portugal, a partir sim, dos interesses da Coroa, mas, caracterizados pela incorporação de alguns conceitos da Ilustração tais como o conceito de civilização (LOPES DE ARAÚJO, 2008, p. 25-55).

A modernização política no sentido do Iluminismo e de seus ideais de racionalidade foi construída em Portugal de maneira muito peculiar. Ela foi aliada, ou melhor, desenvolveu-se sob os auspícios do governo monárquico. Isso se refletiu no Brasil. A própria fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode ser inscrita nesse conjunto de esforços acadêmicos feitos pela elite intelectual.

As idéias do primeiro secretário do IHGB direcionaram os debates no interior do IHGB acerca da atuação dos padres jesuítas no Brasil Colonial. Para exemplificarmos nossa idéia, analisaremos dois autores influenciados diretamente por essa perspectiva, são eles: Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), ambos sócios correspondentes do Instituto e com artigos publicados em sua Revista.

A nação brasileira que se pretendia construir no século XIX tinha como padrão o modelo europeu. Com o objetivo de alcançar esse ideal, a educação foi elencada como a forma mais eficaz na tarefa de civilizar as populações consideradas como bárbaras ou incultas. Visava-se a transformação dos indígenas em seres políticos e que comportassem

um pensamento racional e analítico de modo que essas experiências lhes possibilitassem a superação da barbárie e fossem então, incorporados à “nação”.

No processo de edificação da nação brasileira, a diversidade étnica e cultural existente dentro do território se apresentava como um enorme entrave a ser superado. Acreditava-se que a nação brasileira só viria a se concretizar na medida em que conformasse um povo uno e coeso. Não obstante, ao pensar em nação e em civilização, a elite política do século XIX mirou no mundo europeu e o tomou como padrão de sociedade. Segundo essa visão, o Estado Nacional deveria ser capaz de incorporar povos inferiores, submetendo-os aos valores, à moral, aos costumes, às crenças, e aos modos dos superiores (SCHAWRCZ, 1993).

A Europa era vislumbrada como detentora de um modelo ideal de superioridade e de civilização. A elite brasileira se julgava portadora da civilização por ser filha da ilustração. Com efeito, além de possuir ideais de liberdade e de propriedade, teria que cumprir uma missão civilizadora iniciada pelos portugueses com a colonização dos territórios ocupados. A essa tarefa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dedicou integralmente ao longo do século XIX.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - o IHGB - foi fundado em 21 de outubro de 1838, no Rio de Janeiro, por um pequeno grupo de políticos e letrados, tendo como propósitos, nas palavras de Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) “coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Brasil” (BARBOSA, 1839a, p. 9.). Previam-se igualmente, a sua ramificação por todas as províncias. A sua proposta era de estabelecer no país uma Memória e escrever a sua História (VAINFAS, 2002).

A iniciativa de fundar o instituto coube ao Cônego Januário da Cunha Barbosa e ao marechal Raimundo da Cunha Matos (1776-1839). O instituto contou com uma agremiação de políticos e literatos cuja expressividade era confundida com o próprio Estado Imperial. Entre os fundadores do Instituto, figuravam pessoas como o Visconde de São Leopoldo (1774-1847), conhecido no meio político luso-brasileiro, além do próprio Januário que, assim como José Clemente Pereira (1787-1854), Lopes Gama (1795-1864), Araújo Viana (1793-1875), Montezuma (1794-1870), que iniciaram carreira política por ocasião da Assembléia Constituinte de 1823. Esses personagens foram responsáveis pelos caminhos iniciais do IHGB e traçaram as diretrizes que orientaram as atividades do instituto no século XIX.

A opção de construir uma memória nacional implicava em dotar o país de uma história comum tendo como fio condutor o suposto da continuidade. No entender dos agremiados, o Estado que brotou de 1822 se constituía legitimamente em virtude do fato de ser herdeiro do Império português. Desse modo, a Independência foi entendida antes como um processo natural, e não uma fratura traumática, tal como as que agitavam as nações do continente que conquistavam sua independência (TORRES, 1968).

Para divulgar suas pesquisas documentais e as obras, o Instituto, desde o seu primeiro ano de atividades imprimiu um periódico especializado, a Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, posteriormente denominada simplesmente

de Revista do IHGB. Devido à sua periodicidade ininterrupta, a Revista do IHGB, recebeu um prêmio internacional no Congresso de História de Veneza em 1881, chegando a ser distribuída a 136 agremiações estrangeiras. É considerada uma das mais antigas revistas do ocidente, sendo reconhecida internacionalmente por sociedades congêneres (GUIMARÃES, 1995).

A principal fonte de inspiração para a sua fundação foi o Instituto Histórico de Paris, fundado quatro anos antes. Diversos intelectuais brasileiros frequentaram e publicaram estudos nessa instituição francesa, demonstrando profundos vínculos entre as propostas européias com as pretendidas no Brasil.

A organização interna da Revista compreendia três partes distintas: a primeira era composta por artigos e documentos que tratavam de questões de cunho histórico, textos sobre limites territoriais ou etnografia indígena. A segunda parte contava com biografias de brasileiros “distintos por letras armas e virtudes”. As pequenas biografias tinham uma função bem clara: fazer história de nomes e personagens transformando-os em heróis nacionais (CARVALHO, 1990). A terceira parte concentrava relatórios das atividades cotidianas do IHGB.

O IHGB organizou a concessão de prêmios, bem como a organização e o apoio a expedições ao exterior, de cunho científico, com o intuito de extrair documentos do período colonial que estavam em arquivos estrangeiros. A preocupação em coletar e produzir saberes sobre o Brasil revelava os propósitos do IHGB: fornecer as bases para a constituição de um projeto de escrita da história nacional. O Instituto Histórico pretendia registrar e fixar uma imagem da nação brasileira nas suas mais diversas faces (SCHWARCZ, 1989).

As primeiras décadas do século XIX constituíram um período conturbado para o Império brasileiro, independente de Portugal desde 1822. Nesse período, o país atravessava uma conjuntura adversa, governado por regentes, desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Nesse contexto, a fundação do Instituto pode ser compreendida como um acontecimento político e cultural da maior importância, capaz de contribuir tanto para a criação da idéia de integração quanto de unidade nacional (WEHLING, 1999).

A instituição surgiu em um momento de crise institucional, ou em outras palavras, em uma situação de definição nacional. No Brasil imperava a necessidade de se construir uma Memória Nacional, que minimizasse tanto os elementos desagregadores quanto os focos separatistas, e que fosse capaz de contribuir para a união das Províncias do Império. A fundação do IHGB pode ser igualmente entendida, como um projeto político da elite brasileira, que visava solidificar a nação em vias de desenvolvimento (CARVALHO, 2006).

Valdei Lopes de Araújo indica que:

[...] ao longo de toda a década de 1840, o IHGB incentivou os sócios nas províncias a empreenderem expedições e investigações em busca de cidades ou outros vestígios de supostas civilizações perdidas. Paralelamente, a multiplicaram-se os trabalhos etnográficos e lingüísticos sobre os índios do

Brasil que, no final das contas, constituíram o único material objetivamente disponível para preencher essa primeira época da História Geral do Brasil (LOPES DE ARAÚJO, 2008, p. 167).

A preocupação com uma História que contivesse os ideais de um passado nacional foi engendradora com o surgimento político do Brasil independente. Num momento que a elite buscava sedimentar o Estado imperial, todas as questões relativas à história do Brasil seriam cruciais para delinear a forma de se caracterizá-la, bem como a maneira pela qual os brasileiros viam a si próprios (IGLÉSIAS, 2000).

O Instituto foi o primeiro órgão responsável por reunir os que pensavam a história e estavam interessados em discuti-la no Brasil. Era seu papel conduzir discussões e, por meio da publicação da Revista, divulgar documentos pertinentes aos estudos históricos. Entre os traços mais notáveis desse Instituto, destacava-se o pragmatismo da história e o gosto pela pesquisa, na medida em que o estudo da história viria a ser uma ferramenta pedagógica capaz de incentivar o patriotismo (GUIMARÃES, 1988).

O IHGB articulou uma rede de saberes sobre o território nacional. Foi um local privilegiado de observações de onde se olhava e se falava do Brasil. Seus maiores intentos eram o fomento de debates que tivessem como pauta os problemas nacionais do período e o encaminhamento de propostas que visassem definir o perfil da nação e viabilizar o estabelecimento do poder monárquico-centralizador (SCHWARCZ, 1993).

A partir da segunda metade do século XIX o IHGB se consolidou como centro de estudos e de pesquisa científica e literária, estimulando a vida intelectual e, sobretudo, atuando como elo conectivo entre a instituição e os órgãos oficiais brasileiros (SCHWARCZ, 1998).

O projeto do IHGB, ao congrega a elite econômica e intelectual, era dar à realeza brasileira um destaque especial, dotando-a de uma memória que pudesse vir a ser reconhecida pelas gerações futuras, que vislumbrariam os membros da casa dos Bragança como legítimos e autônomos. Data dessa época a instalação das primeiras instituições de cunho cultural que pretendiam transformar o Brasil num centro produtor de memória e de cultura.

A discussão acerca da atuação jesuítica nos tempos coloniais ganhou as páginas da Revista do IHGB a partir da década de 1840 e se estendeu pelo século XIX, quando foram publicados artigos e documentos que tratavam da atuação desses padres, da catequese indígena e da intervenção do Estado (benéfica ou maléfica) na civilização dos nativos.

A Companhia de Jesus tornou-se efetivamente objeto de discussão na RIHGB, a partir da publicação do programa de Januário da Cunha Barbosa em 1840, no qual era admitida a possibilidade de introduzir a catequese como melhor modo de inserção do indígena na sociedade civilizada. No decorrer do texto, o Cônego argumentava a favor da catequese e da utilização de métodos brandos como sendo a melhor forma de colonizar os índios.

A preocupação em se encontrar o melhor sistema de colonização e de inserção dos índios ao Estado Nacional brasileiro, fez com que diversos intelectuais vinculados

ao IHGB buscassem modelos exequíveis para solucionar a problemática indígena. O Cônego propôs um programa com esse intuito, que analisaremos a seguir.

Presbítero secular, Januário, nasceu em 1780, filho de Leonardo da Cunha Barbosa e de D. Bernarda Maria de Jesus. Homem de condição modesta, órfão aos nove anos, dedicou-se ao púlpito e ao magistério. Ingressou na vida pública a partir da Independência, em 1822. Homem de espírito combativo, de idéias liberais, fundou em companhia de Gonçalves Ledo (1781-1847) o Revérbero Constitucional Fluminense (1821-22), periódico influente, porta-voz da elite brasileira, composta por políticos e publicistas. Foi ainda diretor do Diário do Governo, da Biblioteca Nacional e da Tipografia Nacional.

Orador eloqüente, Januário participou dos episódios de maior destaque, como por exemplo, o Dia do Fico (1822). Conhecido pelas suas idéias políticas, pelo tom sarcástico de polemista, foi acusado de republicanismo e, em seguida, preso e deportado para a França, onde permaneceu por pouco tempo em 1823 (VAINFAS, 2002).

Eleito deputado à Assembléia Geral em 1822, foi nomeado diretor da Imprensa Nacional. Com atuação destacada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) em 1838, em companhia do militar e historiador luso-brasileiro Raimundo José da Cunha Matos fundou o IHGB, do qual veio a ser honrado com o título de Secretário Perpétuo até a data de seu falecimento, em 22 de fevereiro de 1846, na casa onde nasceu, com 65 anos de idade, 45 deles dedicado ao sacerdócio. Dirigiu a Revista Trimestral do IHGB e deixou uma vasta obra publicada (ROCHA; SILVA, 1972).

A influência do Cônego Januário da Cunha Barbosa no IHGB transcende as proposições presentes em seu programa. É de sua autoria o primeiro ensaio teórico-metodológico sobre a escrita da história no Brasil. Publicado na Revista do IHGB em 1839, o texto é fruto do discurso de fundação da Revista, pronunciado pelo Cônego e que se tornaria referência no que diz respeito ao conjunto de orientações para a historiografia ao longo do século XIX.

O programa de Januário da Cunha Barbosa foi escrito em tom de manifesto com o intuito de fomentar debates que apresentassem propostas acerca de um problema vivenciado pelo Brasil naquele momento, qual seja: o abandono de populações indígenas e isoladas no Estado nacional.

Em “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuitas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro [na] qual se esperam melhores resultados do que os actuais” (1839), o autor discutiu a possibilidade de se inculcar nas populações indígenas o *modus vivendi* europeu, tendo como modelo o sistema catequético jesuíta.

O Cônego inicia seu programa anunciando que “O ponto, de que hoje nos occupamos, é de certo interessante á prosperidade do Brasil, e assim também de outros Estados, em cujas matas vagam milhares de Nações indigenas privadas dos commodos da civilização” (BARBOSA, 1839b, p.3).

Desde o início, era admitida a impossibilidade de se apresentar uma solução definitiva: “O escriptor que se apresentasse um plano bem concertado [...] mereceria uma estatua, ainda com mais justiça do que esses affortunados que descobriram tão vastos

paizes. Eu não pretendo a gloria de tocar a meta em tão difícil carreira” (BARBOSA, 1839b, p. 3).

A dificuldade residia na situação na qual os indígenas se encontravam “sem domicilio certo, sem patria, sem leis, sem vestigios de qualquer civilização” (BARBOSA, 1839b, p. 5). A passagem repentina do estado de natureza para o estado civilizado, segundo Barbosa, era quase impossível, visto que as relações nas quais se assentavam ambas as civilizações se encontravam em estágios distintos. Que cumpriria, pois, fazer em tal caso?

Segundo Barbosa, “a catequese é o meio mais efficaz, e talvez o único, de trazer os Índios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociabilidade [...] apoia-se esta minha opnião em muitos factos na Historia do Brasil; e posto que neles figurem particularmente os jesuítas (BARBOSA, 1839b, p. 3-4). Januário da Cunha Barbosa tinha como ponto de partida, o entendimento de que a ordem jesuítica desempenhara um papel decisivo na formação na cultura brasileira.

Para assegurar sua posição o autor extraiu de várias obras testemunhos que enunciavam a viabilidade da catequese na tarefa de converter e civilizar os índios. Entre as citadas pelo Cônego, destacam-se as obras de padre Manuel da Nóbrega (1517-1570) e Antônio Vieira (1608-1697). Delas, Januário, retirou exemplos que registravam progresso dos padres na catequização dos indígenas no período Colonial.

No entanto, para atingir tal objetivo, era necessário, segundo o Cônego Januário da Cunha Barbosa, dispor de colégios que ensinassem de acordo com “princípios da Religião, e de sua sancta moral” (BARBOSA, 1839b, p. 15-16.). Igualmente importante era o aprendizado das línguas nativas para os que desejassem missionar entre os índios.

De acordo com Barbosa, os missionários jesuítas, desde cedo, compreenderam que o estudo das línguas nativas era de vital importância no processo de catequização, e assim, lograram enormes progressos na conversão, no período colonial. Vejamos: “o estudo desta língua fez um dos principais esmerados dos Missionários Jesuitas, e por isso tanto adiantaram a Religião do Crucificado nas matas do Brasil” (BARBOSA, 1839b, p. 15). Os jesuítas foram ainda responsáveis por “Grammaticas, Dictionarios, Cathecismos, Livros de Orações, Dialogos instructivos, com que se habilitavam esses primeiros inalcançaveis Missionarios do Brasil” (BARBOSA, 1839b, p. 15).

A educação dos indígenas seria dividida em duas partes bem distintas: a dos adultos e das crianças. Aos primeiros, “mais fortemente habituados a vida errante de selvagem, se devem proporcionar idéias e trabalhos, que vão tirando dos seus erros, e de suas correrias (BARBOSA, 1839b, p. 16). Conforme saíssem do estado de natureza, os índios adultos criariam apreço à propriedade privada formando povoações em áreas cuja jurisdição policial se encontrassem, fato que proporcionaria maior segurança. Para o trabalho com as crianças indígenas, aconselhava uma atuação com docilidade e o desvelo na educação (BARBOSA, 1839b, p. 16).

Feitas essas mudanças e criadas as primeiras necessidades nos indígenas, seria necessário pensar também nos meios necessários para sua satisfação. Estes consistiriam em “officinas grosseiras, que sirvam tambem de escola aos indigenas aldeados, e lhes persuadam o amor ao trabalho. Uma fôrja de ferreiro, um tear grosseiro uma serraria,

serão tão necessários aos adultos como as escolas, em que se ministrem e seus filhos as primeiras letras, e a doutrina Christã” (BARBOSA, 1839b, p. 17).

A adoção dessas medidas levaria o índio - mediante o trabalho livre e a catequização - à liberdade necessária à integração na sociedade brasileira. A experiência do Cônego Januário da Cunha Barbosa, revelava-lhe que os indígenas eram aptos para todos os trabalhos, que lhes atribuísem. O primeiro cuidado para fazê-los passar do estado natural deveria ser convertê-los à religião cristã.

O autor conclui destacando que a catequese é a ferramenta pedagógica mais eficaz na civilização das populações nativas e das não-índigenas: ela se fazia urgente naquele momento, pois, mesmo as populações pertencentes à nação encontravam-se em estado de absoluto abandono; esquecidos pela religião cristã. Com efeito, convinha catequizar não somente os indígenas, mas era mister lançar as atenções e “doutrinar os povos que já foram catequizados” (BARBOSA, 1839b, p. 18).

É lícito dizer que a fala do Cônego Januário da Cunha Barbosa sobre os jesuítas e sua ação catequética era revestida de um caráter explicitamente apologético, posto que educação jesuítica era aventada como a alternativa mais viável no que dizia respeito aos problemas do país, acenando para o caminho mais próximo à prosperidade no Brasil do século XIX.

O programa elaborado pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa foi a centelha que alimentou os debates referentes ao papel desempenhado pelos jesuítas no Brasil Colonial. Dentre os trabalhos que posteriormente seriam produzidos sobre o assunto, um em especial sofreu influência das posições expressas pelo Cônego, trata-se da dissertação de Von Martius, premiada em 1847.

O estudo do pensamento do Cônego Januário da Cunha Barbosa elucida quais seriam as preocupações entre os membros do IHGB em relação à inserção das populações indígenas e periféricas no Estado nacional brasileiro. A análise do programa do Cônego nos permite compreender os motivos pelos quais o Instituto premiou e publicou nas páginas de sua Revista o trabalho de Von Martius. Ulteriormente à apresentação do trabalho ao Instituto, Januário da Cunha Barbosa, em correspondência, afirmaria a Von Martius que a sua memória foi considerada como farol de uma história, que daria honra ao sábio que a empreendesse. Tal afirmação denota a consonância entre o pensamento de ambos os autores (ROCHA; SILVA, 1972).

O propósito imediato do IHGB era delinear um perfil para a nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade peculiar no conjunto das nações. Para tanto, estimulava a produção de estudos monográficos sobre a história brasileira. Promoveu concursos de monografias e, num desses concursos o trabalho do naturalista alemão Von Martius pode ser destacado.

Karl Friedrich Philipp Von Martius redigiu, em 1843, a dissertação “Como se deve escrever a História do Brasil”. Publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845 e, finalmente, dado como vencedor em 20 de maio de 1847, num concurso de monografias. Na ocasião, o naturalista alemão, foi contemplado com 200 mil Réis por apresentar o melhor modelo para se escrever a história do Brasil. A premiação

desse trabalho pelos membros do Instituto indica a conformidade existente entre seus posicionamentos e as teses apresentadas pelo autor. O texto foi organizado de tal modo que nele estivessem presentes a parte política, a civil, a eclesiástica e a literária da história brasileira (RODRIGUES, 1957).

Ao elaborar seu trabalho, Von Martius dialogou com as idéias já presentes em trabalhos redigidos e publicados por membros do IHGB, como por exemplo, o do fundador da Revista. A partir desse contato Von Martius traçou um plano geral para uma concepção de uma história do Brasil. Desse modo e não por acaso, seu texto foi reconhecido e premiado pelo Instituto.

O trabalho de Von Martius é fruto de uma cuidadosa observação no período em que se manteve erradicado pelo interior do Brasil sob os auspícios do monarca da Baviera. O estudioso alemão elaborou um pequeno tratado contendo todos os pontos-chave que deveriam ser equacionados para a compreensão ampla e geral do Brasil. Dentre eles, elencamos, as ordens religiosas, em particular, a dos jesuítas, que desempenharam nas palavras de Von Martius, “o motor da civilização” no Brasil Colonial (VON MARTIUS, 1845, p. 402.).

O projeto do naturalista alemão expresso em sua dissertação, revela as orientações políticas e culturais que delineavam a organização jurídico-política do Brasil independente pretendida pelo IHGB, e por conseguinte, pelo imperador D. Pedro II que, desde 1840 não só passou a freqüentar as sessões, como também se tornou o grande patrocinador da instituição. Desde a fundação do IHGB, o Estado financiava 75%. Contudo, a participação não era meramente financeira, D. Pedro II presidiu 520 sessões, influenciando diretamente nas atividades do Instituto.

A dissertação traçou as bases de um projeto historiográfico capaz de assegurar identidade à nação que estava se edificando. A identidade seria garantida caso o Brasil levasse a cabo a realização de uma tarefa muito particular: promover a mescla de três raças distintas, a saber: “a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, enfim a preta ou ethiopica” (VON MARTIUS, 1845, p. 390). Desse modo, o naturalista alemão propunha a idéia da miscigenação para se entender o Brasil (WEHLING, 1994).

A imagem construída pelo autor era a de que o “sangue português” conformava um imenso rio para o qual reuniam os afluentes indígenas e negros. Com esta proposta, o historiador cunhou a premissa para a construção do que viria a ser chamado posteriormente de ‘mito da democracia racial’.

A obra de Von Martius materializa a idéia da concorrência das três raças para a formação do povo brasileiro. Vê-se assim que, desde os primórdios da historiografia brasileira havia a preocupação em resolver o tema da mescla cultural existente no Brasil. Foi também o primeiro a afirmar que a compreensão da história brasileira passava invariavelmente pelo cruzamento das matrizes genéticas, já citadas, formadoras da nacionalidade.

Segundo Von Martius, a história é uma mestra não só do futuro, mas também do presente. O naturalista enfatiza que a disciplina pode despertar o amor à pátria, coragem, constância, fidelidade, prudência, em suma, todas as virtudes cívicas e o pertencimento

comum a um mesmo fundo histórico. O autor segue a mesma percepção de história presente no programa do Cônego Januário da Cunha Barbosa, na qual seu estudo despertaria o sentimento patriótico.

O elemento branco possuía, na obra do botânico bávaro, um papel de destaque por ter sido o responsável pelo processo civilizador. Nas palavras de Von Martius: “se segue o portuguez que, como descobridor, conquistador, poderosamente influi [...] se apresenta como o mais poderoso e essencial motor” (VON MARTIUS, 1845, p. 390).

Segundo o autor, o historiador que se debruçasse sobre o estudo das relações sociais no Brasil, não poderia negligenciar o papel desempenhado pelas ordens religiosas. Noutro trecho da dissertação, o naturalista alemão, afirma que seria sábio reconhecer a ação favorável da ordens religiosas no Brasil, uma vez que “ellas eram os únicos motores da civilização e instrução para um povo inquieto e turbulento. Outras vezes nós vemos ellas proteger opprimidos contra os mais fortes” (VON MARTIUS, 1845, p. 402).

Para a ordem jesuítica é dada atenção especial na dissertação, já que esta, em comparação com outras ordens “representou o mais notável papel, e suas construções são os únicos monumentos grandiosos, existentes daqueles remotos tempos” (VON MARTIUS, 1845, p. 401). Para Von Martius, os trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas nas missões deixaram marcas indeléveis na história brasileira. Nesse trecho, observa-se que as apreciações realizadas pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa em relação à ordem inaciana, ecoaram na dissertação do naturalista alemão quatro anos mais tarde.

É ao final do texto, que Von Martius deixa transparecer a proposta política vinculada à sua obra: a idéia de redigir uma historia nacional como forma de agrupar e transmitir um conjunto unívoco de interpretações referentes ao passado, bem como de difundir entre os contemporâneos o amor à pátria. A história teria de despertar todas as virtudes cívicas, em suma, a história era mestra do presente e do futuro (VON MARTIUS, 1845, p. 402).

Segundo o naturalista alemão, o Brasil estava sob o efeito de idéias políticas imaturas, isto é, os ideais republicanos. Para ele, o historiador que quisesse demonstrar apreço e admiração por sua pátria, deveria fazê-lo na condição de “monarchico-constitucional”. O trecho analisado deixa entrever as intenções do Império e perceber como uma história foi escrita a partir de interesses da elite que compunha o IHGB naquele momento.

O trabalho de Von Martius instituiu os parâmetros para a escrita da história nacional, ademais, definiu as linhas reguladoras do projeto historiográfico que se propôs subsidiar elementos identitários à nação em processo de construção. Von Martius foi o cultor do modelo e/ou visão historiográfica que definia a nação como fruto da ação civilizatória dos europeus, foi igualmente a voz do IHGB no período Imperial.

O modo pelo qual Von Martius concebeu a temática da educação jesuítica enquanto instrumento civilizatório - por incluir os índios no Estado Nacional brasileiro - influenciou decisivamente a produção de futuros trabalhos cuja temática envolveria a catequização. Um dos autores influenciados por essa idéia foi o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. No trabalho desse religioso, o empreendimento catequético desenvolvido pelos padres jesuítas no período Colonial é descrito como imprescindível à formação da nação brasileira.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro foi um dos intelectuais brasileiros que mais se destacou por seu pioneirismo na crítica literária no Brasil Imperial. De acordo com o dicionário Sacramento Blake (1970), Pinheiro foi um dos brasileiros que melhor prestou serviços às letras pátrias e ao magistério superior. Essa descrição acena para o prestígio alcançado pelo autor no campo educacional.

O autor atuou ativamente em vários setores do poder público; lecionou no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, tendo obtido o título de doutor em Roma. Foi Vice-reitor e capelão do Instituto dos Meninos Cegos (1854); membro do Instituto de França, da Academia de Ciências de Madri e de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Paris e da de Nova Iorque (MELO, 2006).

Obteve uma posição privilegiada no Império das letras, gozando de prestígio e notoriedade entre seus pares, contudo, a recepção da elite literária posterior não lhe reconheceu esse mérito, relegando-o ao plano do esquecimento. Suas obras destinavam-se principalmente ao uso escolar no século XIX. Como crítico literário pioneiro das letras brasileiras, entre seus trabalhos de maior relevância, destacam-se: Curso elementar de literatura nacional (1862), Postilas de Retórica e Poética (1871) Resumo de história literária (1873). Destarte, o Cônego Fernandes Pinheiro foi uma figura ilustre dentro do círculo de intelectuais do século XIX, desfrutando um lugar entre os cânones da literatura brasileira.

Por volta de 1850, o Cônego Fernandes Pinheiro já havia conquistado seu espaço no círculo intelectual brasileiro, tornando-se uma figura sempre presente nos debates culturais. Em 1854, o clérigo se candidatou a sócio do IHGB com a apresentação da memória “Ensaio sobre os Jesuítas” (1854). A qualidade do trabalho garantiu-lhe o ingresso na instituição.

Os textos de Joaquim Fernandes Pinheiro tiveram repercussão nos círculos de leitura, entretanto, foi com o Ensaio que alcançou maior reconhecimento. Neste texto, o autor pondera acerca da tradição catequética ressaltando os serviços prestados pelos padres da Companhia de Jesus no período colonial como indispensáveis à formação da nacionalidade brasileira.

Os preceitos presentes no programa da Revista do Instituto elaborado por Januário da Cunha Barbosa estavam delineados nos trabalhos de Joaquim Fernandes Pinheiro, na medida em que projetou os jesuítas como educadores exemplares e personagens importantes na formação da cultura brasileira.

No Ensaio, Joaquim Fernandes descreveu o zelo com que os missionários jesuítas encaminhavam suas obras, como superior a qualquer elogio: “infatigáveis na propagação da fé, não recuavam ante a idéia do martírio” (PINHEIRO, 1854, p. 126). Os padres não hesitaram em colocar suas vidas em risco ao se disporem a batizar indígenas antes dos rituais sacrificiais: arrancavam os corpos ainda palpitantes das mãos do sacrificante.

O autor faz menção ao trabalho dos jesuítas que, com arrojo prestaram relevantes serviços à colônia ao defendê-la dos ataques dos inimigos. Em face dos conflitos, os inacionos souberam agir com prudência esfriando os ânimos dos índios belicosos em diversos embates. Para o Cônego, os trabalhos realizados pelos jesuítas deitou profundas raízes na sociedade colonial, contribuindo substancialmente para a conformação o país.

Nos primórdios da colonização os trabalhos prestados pelos jesuítas gozavam de tamanho prestígio que todos que para cá vinham os procuravam a fim de obter conselhos e

recomendações na tomada de decisões políticas. Além disso, contribuíram decisivamente na expedição contra os franceses no conflito que teve como palco a região da cidade do Rio de Janeiro. Nas palavras do autor: “a fundação d’esta cidade, destinada a ser a capital de um grande império, foi a consequência imediata da expulsão dos invasores. Sem os jesuítas, sem os seus esforços patrióticos, talvez que os Francezes tivessem permanecido na cidade” (PINHEIRO, 1854, p. 133).

Ao se indagar sobre aos eventos subsequentes ao período de “intolerância e fanatismo religioso” que alimentaram as fogueiras da Inquisição portuguesa, o autor, exime os jesuítas de qualquer crime, sob o argumento de terem sido eles, os primeiros civilizadores da pátria, era mister que se curvassem “respeitosos ante seus túmulos n’elles depositando corôas de perpetuas e saudades” (PINHEIRO, 1854, p.135).

A partir destas afirmações, observa-se que para autor, os serviços prestados pelos padres da Companhia não eram circunscritos apenas à esfera religiosa, ao contrário: nos primeiros tempos de existência da Ordem jesuítica do Brasil, não faltaram aos missionários, abnegação e presteza na solução dos conflitos de todos os gêneros existentes em terras coloniais. Desse modo, da-lhes o título de primeiros civilizadores do país.

Os jesuítas se entregaram de tal modo à educação da mocidade, relata o Cônego, que seria ingratidão não reconhecê-los como “mestres dos beneméritos Brasileiros, cujos escritos formam a nossa literatura nos séculos XVII” (PINHEIRO, 1854, p.148). A atuação dispensada pelos padres às terras brasileiras devia ser recordada como benefícios recebidos.

No momento em que a coroa portuguesa relegava a Colônia ao esquecimento, as “aulas dos jezuitas eram as únicas que então existiam no abandono completo” (PINHEIRO, 1854, p.148). E prossegue:

[...] aqui no Rio de Janeiro ensinavam gratuitamente gramática latina, filozofia, theologia dogmática e moral, além das mathematicas elementares, de que eram sumamente apaixonados, e conferiam aos seus alumnos, quando terminado o curso, o diploma de mestre em artes, que era então mais estimado do que é hoje o de doutor em qualquer faculdade (PINHEIRO, 1854, p. 148).

O Cônego se vale do trabalho de Von Martius para recordar os trabalhos prestados pela Ordem jesuítica em tempos coloniais e que ainda repercutia no século XIX. Segundo Joaquim Fernandes Caetano Pinheiro: “para servirmos nos das palavras do sábio Dr. Martius, os únicos monumentos grandiosos ainda existentes, e deixado instituições, que até o presente não desapareceram de todo, nem perderam sua influência” (PINHEIRO, 1854, p. 160).

Concluindo seu texto, Joaquim Fernandes Caetano Pinheiro afirma que na condição de cidadão brasileiro, jamais poderia deixar de reconhecer os serviços que os jesuítas haviam prestado ao país. Em suas palavras: “nós tudo lhe devemos; formam a antiguidade da nossa história, e foram os architectos da presente prosperidade e da nossa futura grandeza” (PINHEIRO, 1854, p. 164).

Outro trabalho de autoria do Cônego Joaquim Fernandes Caetano Pinheiro é o artigo “Breves Reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil”

publicado na Revista do IHGB, em 25 julho de 1856, dois anos após a publicação do “Ensaio”. Nela o autor deu prosseguimento às idéias desenvolvidas no trabalho anterior:

[...] não é do meu intento historiar aqui os heróicos trabalhos do apostolado d’esses benemeritos varões, tendo-os já esboçado em outro lugar; quero unicamente demonstrar que os primeiros jesuítas [...] estavam animados do verdadeiro espírito evangélico, e que a catechese dos indígenas, por elles empreendida, foi summamente útil e salutar (PINHEIRO, 1856, p. 384).

Nessa reflexão, o autor seguiu as marchas dos padres da Companhia de Jesus desde o desembarque no Brasil em 1549, estendendo sua análise até a política pombalina, que os expulsou dos territórios brasileiros em 1759 (ASSUNÇÃO, 2004).

O Cônego fez uma leitura das cartas trocadas entre o primeiro Provincial dos jesuítas, Manoel da Nóbrega e a coroa portuguesa. Delas extraiu elementos que lhe permitiu concluir que a tradição catequética legada pelos jesuítas deveria ser resgatada com precisão, uma vez que ela havia proporcionado inumeráveis bens ao país (PINHEIRO, 1856).

Os jesuítas se dedicaram com “esmero e principal solitudine [que] empregava-se na educação da juventude, poderosa alavanca de Archimedes com que esperavam mudar os barbaros costumes dos povoadores das nossas florestas (PINHEIRO, 1856, p. 386). Os inicianos, nas palavras do Cônego Fernandes Pinheiro, ocupam “grata recordação a nossa História” (PINHEIRO, 1856, p. 387).

Observa-se que a concepção de educação contida no artigo de Fernandes Pinheiro, reproduzia o mesmo posicionamento existente no programa da Revista, a saber: a instrução jesuítica como caminho possível à civilização.

A incidência considerável de artigos cuja temática se assemelhava à proposta presente no programa da Revista redigida por Januário da Cunha Barbosa, indica a importância do debate existente no IHGB acerca do papel dos jesuítas enquanto formadores da cultura e da nacionalidade brasileira. Contudo, a partir de 1870, a ligação entre a Igreja e a educação passou a ser alvo de contestação, sobretudo por parte de positivistas. E essa visão acerca dos jesuítas foi se modificando.

Nesse período, conceitos como educação adquiriam novos significados: o sistema de ensino passou a ser regido pelo Estado, que reclamava seu monopólio em detrimento dos serviços - dentre eles, a educação - oferecida pelas ordens religiosas que viram sua atuação restringida à esfera espiritual.

As posições contrárias aos jesuítas baseavam principalmente no fato dos religiosos terem acumulado demasiada influência - temporal e religiosa - nos primeiros tempos coloniais. Nessa perspectiva se inseria o trabalho do deputado Antônio Henriques Leal (1828-1885). Publicado na Revista do Instituto, os “Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus”, (1871), revelava um senso contrário em relação ao desempenho dos inicianos no Brasil do período colonial. A Companhia de Jesus aparecia como um corpo estranho às necessidades dos cidadãos e perniciosos ao Estado do último quartel do século XIX.

A temática da catequização indígena propiciou debates entre os membros do IHGB, sobretudo no tocante ao papel civilizatório que ela desempenhara no século XIX, ao incluir os índios no Estado Nacional brasileiro.

Os artigos analisados repercutiram não só no interior do IHGB, mas reverberaram nos demais círculos intelectuais brasileiros. Os estudos sobre as experiências jesuíticas no trabalho de catequização dos indígenas ganharam prioridade na Revista, destacando o papel civilizatório exercido pela instrução como a ferramenta pedagógica mais eficaz na inserção dos indígenas na civilização brasileira.

A análise do programa da Revista escrito pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, nos mostra uma preocupação em compreender a nação brasileira para melhor dirigi-la. A formação de um sistema eficaz que alçasse os índios à civilização bem como uma educação que primasse pelo desenvolvimento do comércio e indústria nacional, incentivando a instrução científica, formam o núcleo desse programa.

Referências

ASSUNÇÃO, P. Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.

BARBOSA, J. C. Discurso. RIHGB, Rio de Janeiro v. 1 n. 1, p. 9-18, 1839a.

BARBOSA, J. C. Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Indios entranhados em nossos sertões. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-18, 1839b.

BLAKE, A. V. A. S. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970.

CARVALHO, J. M. A construção da ordem/Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, J. M. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

IGLÉSIAS, F. Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MELO, C. A. Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876): um crítico literário pioneiro do Romantismo no Brasil. 2006. 614f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2006.

PINHEIRO, J. C. F. Breves Reflexões sobre o systema de catechese seguido pelos jesuítas no Brazil. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 19, p. 379-397, 1856.

PINHEIRO, J. C. F. Ensaio sobre os jesuítas. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 71-164, 1854.

ROCHA, M. H. A.; SILVA, M. L. N. Fundamentos básicos para o estudo do pensamento do Cônego Januário da Cunha Barbosa. RHIGB, n. 295, p. 164-175, abr./jun. 1972.

RODRIGUES, J. H. Teoria da História do Brasil: introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SCHWARCZ, L. M. As barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. Os guardiões da nossa História oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989.

TORRES, J. C. O. Os construtores do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VON MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 389-411, 1845.

WEHLING, A. A concepção histórica de Von Martius. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 385, p. 721-731, out./dez. 1994.

WEHLING, A. Estado, História, memória: Varnhagen e a construção da identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Recebido em novembro de 2009

Aprovado em fevereiro de 2010